



Midiatização periférica e esfera pública na Transamazônica¹

Rosane STEINBRENNER²

Thomas HURTIENNE³

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

RESUMO

As rádios comunitárias instaladas em municípios ao longo da rodovia Transamazônica, no trecho em que corta o estado do Pará, são herdeiras de um dos mais combativos movimentos de organização popular em busca de protagonismo em torno do desenvolvimento de uma região e pioneiro no uso da comunicação como estratégia de ação política. Elas atuam num campo marcado pelo que chamamos de “midiatização periférica”, em que se repete o padrão de concentração de meios e fluxos que se dá em esfera global e nacional, porém acrescido da condição de precariedade ou insuficiência e da relação ainda mais evidenciada de promiscuidade entre mídia e poder. Apresentar e discutir o conceito de midiatização periférica, noção que alia a discussão de “modernização periférica” de Jessé Souza e de “periferia” de Milton Santos, tendo como base empírica o campo midiático da Transamazônica é o objetivo deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: midiatização periférica, rádios comunitárias, Transamazônica.

O objetivo deste artigo, que tem como base elementos da tese de doutoramento recém-defendida pela autora⁴, é apresentar e discutir, a partir do cenário midiático da região da Transamazônica, o conceito de “midiatização periférica”, construído na perspectiva de auxiliar operacionalmente na contextualização e análise de mídias alternativas situadas em regiões periféricas. A idéia de midiatização periférica parte da noção de “modernização periférica” trabalhada por Jessé Souza (2003) e se alia ao entendimento de ‘periferia’ de Milton Santos (2007). Incorpora também as discussões entre mídia e poder

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Curso de Comunicação da UFPA, Mestre em Planejamento e doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA, PA. steinbrenner@ufpa.br

³ Professor do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim. hurtienne@nautilus.com

⁴ A tese “Comunicação e Desenvolvimento: Midiatização Periférica e Rádios Comunitárias na Transamazônica”, foi defendida pela autora em maio deste ano no âmbito do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. Orientador: Dr. Thomas Hurtienne.



trabalhadas por Venício Lima (2001, 2007), em especial o modelo de “concentração cruzada” e a noção do “coronelismo eletrônico” que emolduram o cenário midiático no país.

A noção de midiáticação periférica nasce da reflexão diante da necessidade, como diz Bourdieu, de situar radicalmente o objeto de estudo em seu contexto. O objeto em questão são as rádios comunitárias localizadas em municípios ao longo da Rodovia Transamazônica (a BR230), no trecho em que corta o estado do Pará, um cenário particularmente peculiar. Foi ali, entre os municípios de Altamira e Rurópolis, um trecho de 352 km, onde de fato se deu, de forma mais intensa e acabada, o processo de ‘colonização dirigida’ implementado pelo governo Médici. Um projeto modernizador, grandiloquente, inspirado pelo desenvolvimentismo de alto impacto promovido pelo Estado no auge do Milagre Econômico e da ditadura militar. Implantado de forma discricionária foi responsável pela intervenção estatal mais impetuosa e abrupta, e, portanto, violenta em termos de colonização que se tem notícia na história do país⁵.

Ali também, em todos os municípios localizados ao longo e à beira da “pista”, nesse trecho da rodovia, a partir da segunda metade dos anos 90, foram criadas rádios comunitárias na esteira de um dos mais combativos movimentos de organização popular em busca de protagonismo em torno do desenvolvimento regional. Movimento que no início dos anos de 1980 já era considerado pioneiro no uso da comunicação⁶ como estratégia de ação política como forma de denúncia ao isolamento e abandono em que se encontrava a região da Transamazônica. Atualmente, praticamente todas as emissoras comunitárias da região encontram-se licenciadas⁷ pelo Ministério das Comunicações, sendo que, na grande maioria deles (66%), constituem-se em único meio de comunicação local existente – justamente nos municípios menos populosos da região e com maior índice de população residente na área rural (IBGE, 2010). Isso significa dizer que as rádios comunitárias são, na atualidade, o único meio local de comunicação de massa para cerca de 140 mil habitantes das áreas mais isoladas da região.

Elas surgiram e atuam num campo marcado pelo que denominamos de *mediatização periférica*, em que se repete o padrão de concentração de meios e fluxos que se dá em esfera global e

⁵ Ao todo, de 1969 a 1974, o governo levou para a região, cerca de 5 mil famílias de pequenos produtores rurais, colonos ou “bóias-frias”, que deixaram seu lugar de origem expulsos pela concentração fundiária e mecanização do solo, resultado do modelo de desenvolvimento agrícola-exportador bancado pelo regime, e convencidos pela promessa de uma propaganda oficial agressiva que acenava o acesso à terra e todas as condições para as famílias viverem, educarem e cuidarem dos filhos. Os depoimentos, fartos em inúmeros estudos desenvolvidos na região, deixam claro que para a maior parte dos migrantes as promessas não se cumpriram.

⁶ Já no início dos anos 80, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, sob comando da Corrente Sindical de Lavradores Unidos (CSLU), que articulava ou influenciava por meio das delegacias sindicais praticamente toda a Transamazônica até Altamira, era considerado uma das experiências mais sofisticadas de organização sindical no meio rural. Superando o isolamento da região a Corrente Sindical tomou-se, na época, uma força política regional. Participou ativamente da formação da CUT e do Partido dos Trabalhadores no Pará e em nível nacional. Também tinha como uma de suas marcas, reconhecida a nível nacional, o uso estratégico dos meios de comunicação, chegando a ser, inclusive, considerado na época como o Sindicato (STR) mais consciente a respeito dos meios de comunicação, apropriação e uso de meios populares e alternativos (MARTINS, 1989; FESTA, 1986; HOUTZAGER, 2004).

⁷ Ministério das Comunicações (fev.2011), www.mc.gov.br



nacional, porém acrescido da condição de precariedade ou insuficiência e da relação ainda mais evidenciada de promiscuidade entre mídia e poder. Nesses ambientes, os meios de comunicação de massa não chegam a exercer do forma consistente – por ausência, incapacidade ou omissão – papel relevante para a formação de opinião pública local e regional, gerando, portanto, uma tendência de valorização das outras instâncias constitutivas da esfera pública⁸ além da mídia, as organizações da sociedade civil e os espaços de comunicação interpessoal. Assim sendo, diante do controle excessivo ou da escassez do campo midiático, grupos organizados e movimentos sociais de regiões periféricas encontram na criação de mídias próprias alternativas independentes o caminho para ampliar seus recursos comunicativos e assim gerar visibilidade para suas causas. Há, portanto, nesses ambientes de mediatização precária, como a Amazônia, ainda que de forma aparentemente paradoxal, uma tendência de fortalecimento das chamadas mídias alternativas na construção de um processo discursivo mais democrático, a partir da emergência de novas institucionalidades com base no protagonismo local, como resultado de reações contra-hegemônicas de grupos subalternos.

Não detalharemos neste artigo as emissoras comunitárias em si, as dinâmicas e mediações que lhe deram origem e garantem seu funcionamento. Nem mesmo se de fato, elas conseguem se estabelecer como mídia alternativa, promovendo a inserção de atores na esfera comunicativa da região. A opção, pela dimensão do artigo, é apresentar e discutir o conceito de mediatização periférica e sua operacionalização no campo midiático da Transamazônica.

Mediatização e periferia

O termo “mídia”, como matriz semântica do processo de mediatização, significa *strito sensu* meio (*medium*) tecnológico, mas deve ser entendido não apenas como meio de comunicação social para transmissão de informações e mensagens - como o rádio, a televisão, os jornais, o cinema, incluindo também a crescente rede de comunicação planetária via redes de teleinformática, mas especialmente, segundo Paiva (2008), como um dispositivo capaz de influenciar significativamente, “das formas mais diversificadas, a vida cotidiana e a atuação política dos indivíduos – a maneira como agem, sentem, desejam, lembram, convivem e resistem” (PAIVA *et al*, 2008, p.7).

Pode-se dizer, sem risco de exagerar, que as sociedades são hoje, em sua maioria, *centradas na mídia*, o que significa dizer, a exemplo de Venício Lima (2001) que vivemos num tempo de sociedades mídia-dependentes, ou seja, “*dependem* da mídia – mais do que da família, da escola, das igrejas, dos sindicatos, dos partidos etc.- para a construção do conhecimento público que possibilita, a

⁸ De acordo com Habermas (1996), é na *esfera pública*, como espaço público politicamente influente, que os diferentes grupos constitutivos de uma sociedade múltipla e diversa partilham argumentos, formulam consensos e constroem problemas e soluções comuns. A esfera pública, conforma, assim, “o contexto público comunicativo, no qual os membros de uma comunidade política plural constituem as condições de possibilidade da convivência e da tolerância mútua, além dos acordos em tomo das regras que devem reger a vida comum” (Habermas, 1996, p. 156 apud Costa, 2002, p.27 vindos do mundo da vida cheguem até as instâncias de tomadas de decisão instituídas pela ordem democrática. (1990, p.37).



cada um dos seus membros, a tomada cotidiana de decisões” (LIMA, 2001, p. 113). Tal amplitude se dá pelo intenso processo de valorização do chamado campo midiático, onde a função de *mediação* entre os diversos campos sociais⁹ - que vem a ser justamente a característica que distingue e determina o regime de funcionamento do campo da comunicação (BOURDIEU, 1986; RODRIGUES, 1997) - se estabelece por meio do uso de um *medium* tecnológico. A essa *mediação midiática* das diferentes agendas de interesses em jogo entre os campos sociais (Política, Economia, Cultura, Ciência etc.) é que denominamos processo de *mediatização*.

Essa prevalência da lógica comunicativa-midiática como fator central da modernidade radicalizada se dá nos dias de hoje mesmo em sociedades periféricas, ainda que em gradações de alcance e inovação diferenciadas e, portanto, com níveis de apropriação e influência também distintos, mesmo que a partir da mesma lógica modernizante de caráter exógeno. É o que chamamos de *mediatização periférica*, resultado das precariedades estruturais e vícios institucionais que se instalam em países de modernização recente, como o Brasil e vários países da América Latina, Central, África e Ásia, onde durante décadas imperou o subdesenvolvimento antidemocrático baseado na dependência externa (BELTRÁN, 2005). Nesses locais, consolidou-se um modelo de comunicação também autoritário, onde se privilegiou o crescente controle dos meios nas mãos de uma minoria e a expansão do acesso passivo aos meios pela maioria, meios notadamente de caráter instrumental para a manutenção do *status quo*.

Nesses casos, ainda nos dias atuais, o acesso às tecnologias estão contingenciadas pela localização geográfica. Como diz Milton Santos, o lugar onde se mora no mundo contingencia escolhas, na medida em que as possibilidades de acesso definem o aporte a recursos, bens e serviços. De forma geral, em lugares onde os bens sociais públicos, como saúde, educação, transporte e meios de comunicação são mais escassos e existem apenas na forma mercantil as desigualdades aumentam, já que “reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar, o que em condições democráticas normais, teria de lhes ser entregue gratuitamente pelo poder público” (SANTOS, 2002, p. 144).

A ‘periferia’, segundo Milton Santos (2007), vem a ser, assim, o lugar onde se é duplamente penalizado: pelos processos de segmentação (de trabalho e classe social) característicos do capitalismo e pelo modo territorial de distinção e desigualdades. Vivemos num mundo onde o valor do indivíduo depende, em larga escala, não apenas do que se tem, mas também do lugar onde se está. Nesse sentido, “morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza”, explica Santos (2001, p.139).

Na Amazônia, considerada ‘a periferia da periferia’, esta situação de desigualdade se aprofunda na medida em que, inúmeras vezes sequer é ofertado o bem social na forma mercantil. Não

⁹ Em sua Teoria dos Campos Sociais, Bourdieu (1986) parte de uma visão topológica da sociedade, que seria formada por uma pluralidade de espaços relativamente autônomos, denominados “campos”, entendidos como microcosmos dotados de sentido e regras próprias e capazes de definir modos específicos de dominação e, conseqüentemente, de resistência e reação.



somente a Amazônia brasileira, mas a chamada Pan-Amazônia – com uma área de cerca de 7,5 milhões de km², quase o tamanho de toda a Europa – é duplamente periférica, marcada não apenas por profundas desigualdades intra-nacionais, mas muitas vezes pelo não-reconhecimento ou incompreensão do caráter e natureza das mesmas, percebidas sempre pelo viés externo. Não sem assombro, pode-se afirmar que nas porções amazônicas de cada um dos oito países que integram a Bacia Amazônica – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – a pobreza é mais pobre, a desnutrição crônica, o analfabetismo mais intenso, os conflitos pelos recursos mais graves¹⁰ que nas demais regiões desses países (STEINBRENNER, 2007).

Isso vale para todos os setores que demandam bens sociais públicos. No setor da comunicação, reconhecido (mas não exercido de fato) como um direito humano fundamental, isso significa mais do que não ter acesso a um bem mercantil ou à informação. Dentro da lógica atual, é não estar inserido, incluído, “conectado” ao mundo. No extremo, indivíduos, coisas ou lugares que não (se) comunicam e sobre as quais nada se fala, permanecem invisíveis, não existem na *esfera pública*¹¹ contemporânea. Ou seja, não têm voz nem vez na arena comunicativa, palco da encenação política contemporânea onde se desenrolam as disputas de poder entre os atores sociais.

Modernização periférica

Para Jessé Souza (2003), a desigualdade social de países periféricos de modernização recente como o Brasil não advém do fato de sermos “insuficientemente” modernos devido a uma “suposta herança pré-moderna e personalista”, baseada em categorias como “familismo, personalismo e patrimonialismo” – vícios estruturais da política e da sociedade brasileira, como defendem as interpretações sociológicas clássicas. As desigualdades viriam “precisamente do fato contrário”, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que toma o país paulatinamente a partir do início do século XIX (SOUZA, 2003, p. 17).

Um processo que ele denomina de “modernização periférica”, que consiste na transferência, sem mediações, de visões e práticas impessoais da Europa para sociedades tradicionais, como a brasileira. Assim, nestas novas periferias as práticas modernas seriam anteriores às idéias modernas, na medida em que o influxo dessas sociedades e de seus agentes vêm *de fora pra dentro*. As teorias e visões de mundo nessas sociedades acabam assim por ser “esquemáticas”, no sentido kantiano do termo – ou seja, adaptadas de acordo com as condições específicas de tempo e espaço –

¹⁰ Semelhantes nas diferenças. O cenário dos países da Pan-Amazônia e os caminhos da Educação Superior. Beira do Rio - Jornal de Divulgação Científica da Universidade Federal do Pará, Belém-Pará, p. 05 - 05, 22 out. 2007.

¹¹ De acordo com Habermas (1996), é na *esfera pública*, como espaço público politicamente influente, que os diferentes grupos constitutivos de uma sociedade múltipla e diversa partilham argumentos, formulam consensos e constroem problemas e soluções comuns. A esfera pública conforma assim “o contexto público comunicativo, no qual os membros de uma comunidade política plural constituem as condições de possibilidade da convivência e da tolerância mútua, além dos acordos em tomo das regras que devem reger a vida comum” (Habermas, 1996, p. 156 apud Costa, 2002, p.27).

porém menos sob a influência das forças pré-modernas anteriores, as tradições, e mais sob o peso das forças exógenas de dominação. Como coloca o autor, “esta ‘nova periferia’ é, na verdade, tomada de assalto [...] por uma cultura material e simbólica cujo dinamismo e vigor não deixam muito espaço para compromisso e reação” (SOUZA, 2003, p. 96).

Em seu livro “A construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica” (UFMG-IUPERJ, 2003), Jessé Souza busca desconstruir as interpretações clássicas das desigualdades nacionais que, vivem, segundo ele, “da percepção de um Brasil pré-moderno, afetivo e emotivo, para a explicação de nossas mazelas”. Para discutir o que ele chama de “naturalização da desigualdade brasileira” a partir da modernização periférica, Souza busca duas noções que nos parecem altamente relevantes para o cenário amazônico: a discussão da temática do *reconhecimento social* que tem como base a cidadania jurídica e política a partir das reflexões de Charles Taylor, e a crítica à “naturalização”¹² das relações sociais de dominação contida na teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu e sua ênfase no aspecto “automático” dos diferentes comportamentos.

Como explica o autor, instituições como Estado e mercado, assim como as demais práticas sociais e culturais, já possuem implícita certa interpretação “do que é bom, do que é valorável perseguir.” A nossa identidade será então formada pelas identificações e escolhas providas por este pano de fundo valorativo, seja por afinidade, seja por oposição a elas (2003: 24). O nosso reconhecimento, enquanto indivíduo, grupo ou território também irá advir desse quadro de valores, entendidos como as “precondições sociais necessárias à atribuição de respeito e auto-estima” (SOUZA, 2003, p. 34).

Ao longo do tempo, o não-reconhecimento vai gerando um entendimento implícito em relação ao indivíduo, ao grupo ou lugar. Um pré-conceito que *naturaliza as desigualdades*, como acontece em sociedades periféricas como a brasileira, onde, de acordo com Jessé Souza, “[...] o *habitus* precário, implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos”. É o que o autor chama de a “ideologia do desempenho”, que baseia a valoração do outro sobretudo a partir da racionalidade do cálculo instrumental e do que considera trabalho útil e produtivo segundo as demandas crescentes do mercado e do Estado.

A noção de “reconhecimento” é nesse sentido preciosa para pensarmos a formação das identidades individual e coletiva. Ainda mais levando-se em conta a região amazônica, território singular, duplamente periférico: historicamente isolado, explorado como um gigante natural a partir de interesses externos desde a colonização, porém diminuído social e politicamente pelo discurso e o olhar de fora, “de lá”, do eterno ‘descobridor’, como coloca Dutra (2005), mas também pelo olhar “de cá”, nativo, que internaliza e reproduz no espelho as visões exógenas sobre si e seu próprio lugar.

¹² O que Taylor chama de “naturalismo” é a tendência moderna, operante tanto no senso comum da vida cotidiana quanto na forma de praticar filosofia ou ciência dominantes, de desvincular a ação e a experiência humana da moldura contextual que lhe refere realidade e compreensibilidade”, conferindo-lhes um outro significado que torna opaca a realidade (SOUZA, 2003, p. 23).



1. Amazônia: emblema da midiatização periférica

Ainda hoje, na chamada Era da Informação ou Sociedade da Comunicação, subsiste na Amazônia um complexo universo social que mistura parâmetros de modernidade e de urbanidade com parâmetros de sociedades tradicionais pré-industriais profundamente rudimentares, no que diz respeito à infra-estrutura e oportunidades. Ainda assim, lá também, mesmo nas regiões mais isoladas, a comunicação já chegou, mas em geral não como bem público, mas como bem mercantil.

Acessa “o mundo” através das tecnologias de informações e comunicação (TICs) quem tem condições econômicas, mas isso somente *quando* e *se* ela está disponível. É possível ver, por exemplo, o número crescente de antenas parabólicas espalhadas pelos furos, igarapés e paranás ao longo dos rios da região ou à beira das estradas e travessões de terra indicando que a trama global/local já se instala desafiadoramente, mas somente para quem pode pagar por essa tecnologia.

Quando se trata do uso das novas tecnologias na região isso se torna ainda mais emblemático. Pesquisa do Centro de Estudos sobre o uso das Tecnologias da Comunicação e da Informação no Brasil (CETIC, 2008), que é vinculado ao Conselho Gestor da Internet no Brasil (CGLBr), mostra que no Norte, mais intensamente que nas demais regiões, o acesso à internet cresce especialmente entre a população mais jovem e de faixas mais populares das áreas urbanas de regiões metropolitanas, porém esses jovens das classes menos favorecidas estão pagando para ter acesso à rede mundial de computadores. São a chamada geração das “lanhouses”, espaços públicos de acesso pago nas periferias urbanas, onde quase 70% dos jovens entre 10 e 18 anos e com renda familiar até 3 salários mínimos acessam a internet. Apenas 3% deles têm acesso à internet em espaços públicos gratuitos (CETIC, 2008), o que indica que ainda não há política pública que garanta a oferta do serviço gratuito na região à altura dos anseios e demandas desses segmentos populares.

Essa mesma pesquisa aponta a midiatização desigual nas regiões duplamente periféricas, o que vale para o Norte e Nordeste do país, tratadas cronicamente ou como um problema ou como ‘almoxarifado’ nacional. A Amazônia, no caso, tem sido historicamente pautada pelo uso de seus recursos. Desde a colonização, a região vem sendo representada como fonte disponível de riquezas naturais para a solução de problemas externos – sejam eles lusitanos no passado distante; nacionais, a partir das políticas desenvolvimentistas dos anos 70 ou globais, diante das noções de biodiversidade¹³ e sustentabilidade¹⁴ planetária, na atualidade (STEINBRENNER, 2008).

¹³ O conceito de biodiversidade inclui todos os produtos da evolução orgânica. Corresponde à “variabilidade viva”, ou grau de complexidade da vida, abrangendo a diversidade entre e no âmbito das espécies e de seus habitats. (ALBAGLI, 2001, p. 6).

¹⁴ A noção de “sustentabilidade” vincula-se à idéia do equilíbrio duradouro entre a humanidade e o seu ambiente, uma discussão pautada desde a I Conferência do Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, quando foram criadas as bases e os esforços para a construção do conhecido Relatório Brundtland4 (1987), com a definição mais citada até hoje de desenvolvimento sustentável, concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.



Na Região Norte, que representa 75% da área da Amazônia Legal, há diferenças em todos os tipos de TICs, mas as mais gritantes vão aparecer diante das tecnologias mais avançadas, como o volume de domicílios com computador (15%) e aqueles com acesso à Internet (7%). Nacionalmente, esses números são mais do que o dobro e nas regiões mais desenvolvidas, triplica.

Nas áreas rurais da Amazônia, a precarização do acesso à comunicação, característica de uma midiática periférica, é ainda mais grave. As novas tecnologias ainda são tão escassamente disponíveis nesses confins que nem mesmo tendo poder aquisitivo se tem acesso ao bem público. Como indica pesquisa do CETIC (2008), o principal motivo para não se conectar-se à internet alegado pela maior parte (56%) dos entrevistados do meio rural da região Norte foi a falta de disponibilidade de oferta da tecnologia ou serviço na área, mais do que não ter como pagar (33%).

Ainda assim os dados revelam a forte presença, e crescente, dos meios de comunicação de massa como vetores da informação e, portanto, operadores de sentido na região e sobre a região. E aí reside outro desafio como efeito ou desvio característico do processo de modernização periférica que tem em si caráter exógeno e, portanto, gera sentidos e decisões a partir de visões de mundo construídas *de lá prá cá, de fora pra dentro*.

Para o jornalista Lucio Flavio Pinto¹, uma espécie de *ombudsman* da região, editor do *Jornal Pessoal* – uma experiência rara de jornalismo independente que acaba de completar persistentes 22 anos nas bancas – um dos resultados dessa débil reprodução de um modelo externo, é que “a imprensa local e regional acaba por repetir estereótipos sobre a Amazônia veiculados pela grande imprensa”. Uma visão que tem como elemento constitutivo regular, a idéia renovada do “Eldorado”, que se manifesta pela visão exógena da região a partir do uso (ou não uso) de suas riquezas naturais.

No caso da midiática periférica, isso se dá tanto porque as organizações do setor de comunicação (rádios, TVs, jornais e etc), em geral privadas, não estão presentes na região em quantidade e qualidade suficientes para a produção de informação a partir da perspectiva dos atores locais, quanto pela reprodução da lógica capitalista que embala o campo midiático e de seu *habitus* profissional, ainda que precarizados por fatores como falta de formação e escassez de recursos humanos (repórteres, editores etc) e atraso tecnológico.

1.1. Midiatização periférica na Transamazônica

O campo midiático na Transamazônica traz elementos claros de um contexto de *midiatização periférica*, conceito desenvolvido a partir da idéia de que em regiões periféricas como é o caso da Amazônia e da Transamazônica em específico, onde repete-se o padrão de concentração de meios e fluxos que se dá em esfera global e nacional, porém acrescido da condição de precariedade ou



insuficiência estrutural e de recursos humanos e da relação ainda mais evidenciada de promiscuidade entre mídia e poder.

Concentração e precariedade

O campo midiático, entendido aqui a partir dos meios de comunicação de massa existentes na Transamazônica, tem em Altamira seu pólo de concentração e irradiação. Como centro econômico, administrativo e político da região da Transamazônica e Xingu, no sudoeste paraense, Altamira concentra meios e fluxos de informação e de tomada de decisões. Alí estão sediados todos os escritórios e representações na região de órgãos federais¹⁵, universidade, hospital de alta complexidade, um comércio mais forte e variado e também a sede dos principais órgãos de articulação dos movimentos sociais¹⁶, influenciando uma população de cerca de 290 mil habitantes (IBGE, 2007) da região.

Concentra também o maior número de veículos de comunicação. Mais da metade dos meios de comunicação de massa estão localizados no município. Em termos de televisão, os únicos canais que produzem informação local, ainda que precariamente, os acontecimentos da região estão sediados em Altamira. Nas demais cidades ao longo da rodovia da Transamazônica o que existem são repetidoras dos sinais de grandes redes de comunicação, somente as antenas, sem nenhum esquema de produção de informação local ou regional e as rádios comunitárias.

Isso significa dizer que se algum fato com valor de notícia acontece em algum ponto da região, que tem uma área total de cerca de 250 mil km², é a partir de Altamira que as informações serão produzidas para ir ‘para fora’. Essas informações, ainda que limitadas em termos de conteúdo por motivos diversos (falta de infra-estrutura, problemas de formação profissional, orientação editorial parcial), elas não chegam a circular entre os municípios da região. No caso das TVs isso é mais evidente, já que o alcance das retransmissoras é normalmente local e seus sinais não costumam chegar aos municípios vizinhos, em especial na área rural. Isso faz com que haja uma quantidade enorme de antenas parabólicas espalhadas pelos travessões da rodovia, levando aos colonos da Transamazônica informações diretamente produzidas nas ‘cabeças de rede’, sediadas no eixo Rio-São Paulo.

¹⁵ Como Ministérios da Agricultura, da Justiça, da Fazenda, Previdência Social, Delegacias da Política Federal, da Receita Federal.

¹⁶ Entre os mais representativos e atuantes estão a Fundação Viver, produzir e Preservar (FVPP), que reúne 113 organizações filiadas (sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, associações, cooperativas, movimentos de mulheres, pastorais religiosas, movimentos culturais e outros) em 19 municípios da Transamazônica, BR 163 e Xingu; o Movimento Xingu Vivo para Sempre, que lidera a luta contra a instalação da usina de Belo Monte e o Movimento de Mulheres Cidade e Campo, importante na defesa dos direitos humanos na região.

Figura 1: O Campo midiático na Transamazônica



Fonte: Anatel/ SRD (2010) e dados de campo (2009). Elaborado pela autora.

Com as rádios isso já é em parte diferente, a única rádio privada AM de Altamira e região, a Rádio Rural da Transamazônica, é ouvida principalmente na zona rural de vários municípios. A FM comercial, Vale do Xingu, também chega a outros municípios, porém de forma mais restrita. Já as rádios comunitárias, criadas a partir dos movimentos sociais, presentes em todos os municípios ao longo da rodovia, obrigadas a funcionar por força de lei (9.162/98) com baixa potência (25 wats), antena de 30 metros e alcance de 1 km de raio, ficam com seu sinal restrito à sede do município e, dependendo da topografia, não ultrapassam os limites de um bairro. Também não podem formar redes coligadas e assim não se constituem em veículos de comunicação operativos de caráter regional. Isso significa que nas áreas rurais, onde apesar da tendência crescente de urbanização ainda se concentra a maior parte da população dos municípios da Transamazônica (61,3%) (IBGE, 2010), o único meio de comunicação de massa pelo qual a população do interior ainda é capaz de receber notícias é o rádio de pilha, que prescinde de energia elétrica, porém, na realidade, não transmite a programação de rádios comunitárias locais, mas normalmente emissoras em ondas curtas ou tropicais.¹⁷

Importante também dizer que em termos das novas tecnologias de informação e comunicação que envolvem o uso da internet, a região da Transamazônica está longe de viver uma realidade de inclusão digital. Mesmo na área urbana de Altamira - onde diversos provedores de acesso à internet (Serviço de Comunicação Multimídia-SCM) estão autorizados pela Anatel - a rede global de computadores é muito instável, funcionando apenas algumas horas do dia. Nos demais municípios, grande parte do serviço oferecido ao consumidor é feito por “internet pirata”, ou seja, por provedores clandestinos de internet via antena de rádio¹⁸.

¹⁷ Rádio Nacional da Amazônia é ainda hoje a maior referência no interior das zonas rurais da região da Transamazônica.

¹⁸ Entrevista com o delegado da Política Federal em Altamira, Alexandre Dutra, em 20.02.2009.



Do ponto de vista da internet pública, o programa do governo do Pará de inclusão digital Navega Pará, segundo informações em seu sítio¹⁹, chegou à região em 2008/2009, interligando com acesso à banda larga instituições (órgãos municipais, instituições de ensino superior e pesquisa) em três municípios da região. Também instalou infocentros (locais públicos de acesso à internet) em algumas escolas e centros comunitários de quatro municípios da Transamazônica. No entanto, mesmos esses avanços pontuais, acessíveis a públicos dirigidos, estão presentes somente nas áreas urbanas dos municípios, além da dificuldade de manutenção dos equipamentos na região.

Em termos de mídia impressa, o que existe em Altamira e circula pela região são quatro publicações de caráter amador: uma revista trimestral, dois jornais mensais e uma espécie de almanaque a princípio também mensal. Todas essas publicações, de tiragem e periodicidade incerta, são vendidas nas duas bancas de revista da cidade e ainda que aparentemente sem côm política, aderem aos grupos de poder político e econômico da região, como espaços pagos de publicização das ações dos prefeitos em exercício ou para a crítica aos desafetos destes.

Mídia e poder: feudo político no “balcão” das concessões

O ‘coronelismo eletrônico’ que se opera entre o campo midiático e o da política é claramente evidente na Transamazônica desde o início da instalação dos meios de radiodifusão na região. O termo, que faz referência à política do ‘coronelismo’ desenvolvida na primeira República por uma elite agrária que dominava o cenário político local por meio da força e da troca de favores, aponta para as relações e alianças políticas entre os grupos de força regionais e a prática das concessões de rádio e TV, atreladas ao uso eleitoral dos meios de comunicação. Uma prática comum no país, que remonta a Vargas e que se agudiza com os militares e depois, na Nova República de Sarney, mas da qual não escapam nem os governos progressistas de FHC e Lula (LIMA, 2001).

As concessões dos meios de comunicação no município não deixam dúvida do jogo de alianças políticas e econômicas que dominam o campo midiático de Altamira: das seis retransmissoras de TV instaladas na cidade, cinco têm como proprietários políticos ou ex-políticos (deputado, prefeito e vereador). Dois desses grupos detêm também concessões de rádios (um deles têm uma FM e uma OT, o outro, a única AM da região), numa reprodução débil do modelo de “concentração cruzada” em vigor no país, caso em que umas poucas famílias detêm o controle do já escasso arsenal midiático.

Importante salientar que, ainda que em algum momento os proprietários dessas emissoras estejam em partidos diferentes ou momentaneamente antagônicos, os meios de comunicação de massa em Altamira conformam de fato um único “feudo”, vinculado menos a questões partidárias - ainda que

¹⁹ Programa Navega Pará - <http://www.navegapara.pa.gov.br/>



girando ao redor de uma figura central, o ex-senador Jader Barbalho²⁰ - mas sim a interesses privados (e seus impactos), sustentados pela manutenção do poder político na região.

Entre esses interesses privados, que orientam como pano de fundo aquilo que é e como é tomado público por esses veículos de comunicação está a *extração de madeira*, muitas vezes, ilegal; a *pecuária extensiva* (são mais de 1,5 milhão de cabeças de gado na microrregião de Altamira²¹), historicamente responsável por desmatamento e pelos conflitos fundiários e mais recentemente, a *defesa de Belo Monte* e o que a construção e funcionamento do complexo hidrelétrico pode significar para a região e conseqüentemente para os grupos de poder estabelecidos. Tais interesses representam claramente a manutenção do mesmo modelo de desenvolvimento que ali chegou há mais de cinco décadas com a política desenvolvimentista de JK, depois mantida com alguns redirecionamentos pelos militares e até hoje, em seu cerne, inalterada.

Do lado oposto do campo midiático, os únicos veículos em Altamira que não fazem parte deste grupo de interesses é a Fundação João Paulo II, Canal 3, pertencente à Prelazia do Xingu, retransmissora da rede católica Canção Nova; e também uma das duas rádios comunitárias licenciadas da cidade, a RCA, Rádio Comunitária Altamira ou Nativa FM, fundada a partir da articulação dos movimentos sociais na região da Transamazônica. A “Tv da Igreja”, como é chamada na cidade, representa o principal espaço de acesso à mídia pelos movimentos sociais de Altamira e região. Constitui-se na voz fundamental na luta contra a construção da usina de Belo Monte e na defesa das populações indígenas. Já a rádio comunitária (Nativa FM), enfrenta o resultado perverso do jogo de forças da região e da usual barganha das concessões de meios de comunicação nos gabinetes em Brasília.

Fundada com a participação de 19 organizações populares - entre elas diversos sindicatos (de professores e trabalhadores na educação, de trabalhadores na agricultura e na saúde), movimentos de bairro e duas igrejas - a rádio comunitária autêntica disputa a mesma frequência

²⁰ Alguns elementos da trama do feudo midiático em Altamira: O proprietário do Sistema João Matogrosso de Comunicação se elegeu duas vezes vereador da cidade (1992,1996 -PMDB) e possui hoje a única rádio AM da região, a Rádio Rural, e mais um canal de retransmissão de TV arrendado, canal 25, retransmissor da Rede TV, enquanto espera a licença do canal 21, concessão já outorgada pelo Ministério das Comunicações. Sua proximidade política no momento é com o grupo da prefeita da cidade, Odileida Maria de Souza Sampaio, do PSDB, que inclusive mantém um programa diário na Rádio Rural chamado, “Bom Dia, Prefeita”. Em seu segundo mandato pelo PSDB, a prefeita, por sua vez, também mantém laços políticos com outro grupo de comunicação na cidade, o Grupo Mansour de Comunicação, de propriedade de Manoel de Jesus Mansour Abucater - vereador pelo PSDB (2000) e secretário de Obras durante a primeira gestão da prefeita - detentor do canal 19, retransmissor da BAND em fase experimental. A prefeitura mantém o canal de televisão mais antigo na região (Canal 6), montada (1977) pelo então prefeito indicado na época, Domingos Juvenil que, quando se tornou deputado federal (PMDB) recebeu a concessão dos três veículos que formam a sua própria rede de comunicação, a mais forte da região- uma FM (93,1 KHz), com a maior audiência e maior infraestrutura na cidade, uma OT e uma RTV (Canal 4), retransmissora do SBT.Outra retransmissora importante no campo da comunicação de Altamira e região é a o canal 13, afiliado à Rede Liberal, pertencente a uma empresa familiar, a ORM (Organizações Rômulo Maiorana), o maior grupo de comunicação do Pará, concorrentes e inimigos político de Jader Barbalho. Entretanto, a TV Liberal em Altamira, que retransmite a programação da Globo, é administrada por pessoas próximas ao ex-prefeito pelo PMDB, Armino Denardin (1989-1992) que, assim como Mansour e Juvenil faz parte do grupo político de Jader; inclusive tendo sido todos indiciados pelo Ministério Público por desvios de recursos da SUDAM, no escândalo que levou à renúncia de Jader no Senado em 2001 e que nas últimas eleições, pelo efeito da Lei da “Ficha Limpa” o tornou inelegível.

²¹ Dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE)..



radiofônica (104,9 MHz) com uma outra emissora, a Cidade FM, ou Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira, que obteve a outorga do Ministério das Comunicações como rádio comunitária com auxílio de apadrinhamento político, mas que vem a ser uma pseudo-comunitária ou rádio “de dono”, sem qualquer vínculo com movimentos sociais na sua origem e no seu funcionamento. “Rotary e Lyons Clube”, segundo a própria diretoria da emissora, seriam suas entidades fundadoras. O “dono” da “rádio comunitária” é um ex-vereador²², na época da concessão, em pleno exercício no legislativo.

Precariedade e improviso profissional

Importante apontar ainda o caráter precário do campo midiático da região da Transamazônica, também em certa medida por questões que dizem respeito a ausência ou insuficiência de um *habitus* profissional entre aqueles que atuam nas empresas de comunicação da cidade. *Habitus*, no sentido de uma rotina positiva que implica em alguns princípios transformados em regras do fazer profissional que se automatiza como garantia de manter valor essencial, no caso, do campo jornalístico, que é a credibilidade noticiosa.

A ausência de algumas rotinas estruturantes na produção de informação jornalística, como a falta da figura do pauteiro nas redações dos meios locais, ou a escassa prática das reuniões de pauta, ou no extremo, a ausência do próprio departamento de Jornalismo, como acontece na retransmissora da Rede Globo na região, além da baixa qualificação da mão-de-obra – cerca de 80% dos profissionais atuante nas empresas de comunicação de Altamira têm apenas o segundo grau completo – são fatores que tendem a comprometer ainda mais a produção de sentidos e significados sobre a região a partir do escasseamento da pluralidade e da crítica, afetando assim, ainda mais, a construção de uma esfera pública ativa e plural na região já afetada pela contaminação entre mídia e poder e pela concentração desigual dos meios.

CONCLUSÕES:

Fica evidente na região da Transamazônica o cenário do que denominamos “mídia periférica” em suas várias facetas. Como afirma Milton Santos (2002), o lugar onde se mora - se ao longo dos travessões da BR 230, no interior das áreas rurais ou nas sedes urbanas dos municípios – contingencia as escolhas e os acessos às tecnologias de informação e comunicação e,

²² Francisco Marcos Alves do Nascimento, vereador entre 2000 e 2003, pelo PL. Conseguiu a concessão, segundo ele próprio, com o apoio em Brasília do senador Duciomar Costa, atualmente prefeito de Belém. Entrevista em 17.02.2009.



portanto, favorece, limita ou, no extremo, impede a possibilidade de inclusão nas redes de decisão. Não só pelo acesso escasso, mas também pela precária infra-estrutura e meios de comunicação existentes, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Um caráter precário também em certa medida por questões que dizem respeito a ausência ou insuficiência de um *habitus* profissional entre aqueles que atuam nas empresas de comunicação da cidade, meios massivos, por sua vez, concentrados e controlados por grupos familiares movidos por interesses econômicos sustentados por arranjos políticos pautados por um claro “coronelismo eletrônico”.

Isso implica na região, por outro lado, numa tendência e numa necessidade de valorização das outras instâncias constitutivas da esfera pública além da mídia. Na Transamazônica, esse espaço tem sido exercitado, expandido e ocupado pelos movimentos sociais, os novos *mediadores sociais* como coloca Martín-Barbero (2004) desde meados dos anos de 1980. Em grande parte, foi a partir dessas contingências e limitações existentes no campo midiático da região, que os movimentos sociais definiram a necessidade de tratar a comunicação como fator estratégico e resolveram produzir meios próprios de comunicação e divulgação para promover o reconhecimento social e político das bandeiras de luta do movimento e assim se reposicionarem socialmente. Decisão que se reflete hoje na existência de um ‘cordão’ de rádios comunitárias autênticas, licenciadas e funcionando, ainda que com dificuldades e fortes limitações impostas por lei, há cerca de uma década nos municípios ao longo da rodovia Transamazônica.

Assim sendo, segundo a perspectiva aqui apresentada, em cenários de midiaticização periférica, como na Transamazônica, repete-se o padrão hegemônico de concentração de meios de comunicação e de fluxos de informação, porém acrescido da condição de precariedade ou insuficiência técnica e de recursos humanos e da relação ainda mais evidenciada de promiscuidade entre mídia e poder. Conseqüentemente, em regiões de midiaticização periférica os meios de comunicação de massa não chegam a exercer de forma consistente – por ausência, incapacidade ou omissão – papel relevante para a formação de opinião pública local e regional, gerando uma tendência de valorização das outras instâncias constitutivas da esfera pública além da mídia - as organizações da sociedade civil e os espaços de comunicação interpessoal.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

_____. **Sobre a Televisão**. Tradução: Maria Lucia Machado, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Lei de Radiodifusão Comunitária. Lei N. 9.612, de 19 de Fevereiro de 1998, publicada no DOU de 20 de Fevereiro de 1998. Casa Civil, Brasília-DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9612.htm> Acessado em 22 de Janeiro de 2007.



COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2008** [coordenação executiva e editorial, Alexandre F. Barbosa; tradução, Karen Brito]. São Paulo, 2009.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DUTRA, Manuel Sena. **A Natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...** Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), 2005.

FESTA, Regina. **Comunicação na Selva Amazônia**. In: Intercom Revista Brasileira de Comunicação. Ano IX, n. 54, Jan a Jun, 1986. Pp. 5-29.

HABERMAS, J. **Passado como futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. 112 p. (Biblioteca Tempo Universitário n° 94).

_____. **Teoría de la acción comunicativa I – Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987b.

HOUTZAGER, Peter. **Os Últimos Cidadãos. Conflito e Modernização no Brasil Rural (1964-1995)**. Tradução Graziela Schneider; prefácio e revisão técnica Adrián Gurza Lavalle. São Paulo: Globo, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Série Estatísticas & Série Históricas**. Série PD243 e PD282. 2009. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/>

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria e Política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **As bases do novo coronelismo eletrônico**. Observatório da Imprensa. Postado em 08 de Agosto de 2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=341IPB001> Acessado em 12 de dezembro de 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Prefácio: Néstor García Canclini. 4ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da noite: Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **O Retorno da Comunidade: Os Novos Caminhos do Social**. Rio de Janeiro: MAUD X, 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação: Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade**. Lisboa: editorial Presença, 1990.

SANTAELLA, Lúcia. A crítica das mídias na entrada do século XXI. In: **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. José Luiz Aidar Prado (Org.). São Paulo: Hacker Editores, 2002. Pp.44-57

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003

_____. **Política e Desigualdade Social**. La Insignia, diário digital independente. Postado em 01 de maio de 2006. Disponível em http://www.lainsignia.org/2006/mayo/ibe_001.htm. Acessado em 09 de setembro de 2010.

STEINBRENNER, R. . **Semelhantes nas diferenças. O cenário dos países da Pan-Amazônia e os caminhos da Educação Superior**. Beira do Rio - Jornal de Divulgação Científica da Universidade Federal do Pará, Belém-Pará, p. 05 - 05, 22 out. 2007

_____. **Amazônia na Fronteira entre a Ciência e a Mídia: Submissão ou Superação do Mito?**. Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação Científica – XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008.